

## A ARISTOCRACIA ROMANO-AFRICANA DO SÉCULO II D.C. NO DISCURSO *APOLOGIA* DE APULEIO

Semíramis Corsi Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste artigo buscamos analisar aspectos culturais, sociais e econômicos da aristocracia romana da província da África Proncosular no século II d.C. Tal estudo foi feito a partir da análise da obra *Apologia*, transcrição de defesa de uma acusação de praticante de magia sofrida pelo intelectual romano Apuleio.

**Palavras-chave:** Apuleio, *Apologia*, Aristocracia Romano-Africana.

### 1. Introdução

O objetivo deste artigo é caracterizar a aristocracia romano-africana do II século d.C. por meio das descrições presentes na obra *Apologia* de Apuleio. Tais reflexões são parte de uma pesquisa que resultou na nossa Dissertação de Mestrado intitulada *Relações de Poder em um processo de magia: uma análise do discurso Apologia de Apuleio (II século d.C.)*, defendida na UNESP de Franca, sob orientação da Profa. Dra. Margarida de Carvalho.<sup>2</sup>

Como nesta pesquisa foram estudadas as relações de poder em uma acusação de práticas mágicas contra o filósofo romano Apuleio, foi essencial caracterizar culturalmente, socialmente e economicamente os envolvidos em tal processo, trabalho que resultou em dois subcapítulos da Dissertação intitulados “O contexto geográfico-cultural de Apuleio” e “A opulência das personagens da *Apologia*”.

A acusação foi por nós estudada através da transcrição da autodefesa de Apuleio, a obra *Apologia*. Não podemos precisar ao certo a época em que o discurso *Apologia* foi elaborado. Para nós, a data da publicação varia entre a data do processo, por volta de 157/158 d.C., até a morte de Apuleio, em torno de 170/180 d.C., podendo ainda ser uma obra póstuma, fruto do trabalho de estenógrafos, o que achamos pouco provável por

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista – UNESP/Franca. E-mail: semiramiscorsi@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Aproveitamos o presente espaço para agradecer as orientações constantes da Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho (UNESP/Franca).

representar uma importante ação política para a imagem de Apuleio, com possibilidades de sua escrita ter servido a uma intenção por parte do autor<sup>3</sup>.

Começamos apresentando o autor da *Apologia* e os personagens envolvidos na ação contra ele, todos membros da aristocracia do Império Romano da região da África Romana, província da África Pronconsular.

## 2. Apuleio e os ricos personagens da *Apologia*

Apuleio foi filósofo, político, orador e sacerdote romano-africano do século II d.C. Sua família ocupou cargos importantes na administração de uma cidade do norte da África, que tudo indica ser Madaura. Seu pai, vindo da Península Itálica, segundo indicações do próprio Apuleio (*Apologia*, XXIV, 9), foi para o norte da África formar a aristocracia dirigente local, ocupando cargos municipais, chegando a tornar-se *diunviro*, a mais alta magistratura municipal.

Como a ordem social era hereditária (ALFÖLDY, 1989, p. 126), Apuleio fez parte da ordem dos decuriões (*ordo decorionum*), uma ordem senatorial em nível local, e, como ele mesmo nos informa, ocupou também o cargo do pai no Senado de sua cidade natal.

Nesta colônia meu pai ocupou o cargo de *diunviro*, depois de ter desempenhado todos os demais postos honoríficos. E eu ocupo seu mesmo posto nesta querida cidade desde que comecei a participar de sua cúria, mantendo-me à altura de tal cargo, defendendo-a com considerável estima (APULEIO, *Apologia*, XXIV, 9).<sup>4</sup>

Segundo inscrições encontradas na antiga cidade africana de Leptis Magna, o nome<sup>5</sup> de um nobre cidadão chamado *Cassius Langinus*, diunviro designado e membro da cúria de Leptis, é mencionado na inscrição como parente de um cidadão chamado Apuleio,

---

<sup>3</sup> Cumpre ressaltar que não temos certeza de qual foi a decisão judicial sobre a acusação, mas tudo leva-nos a inferirmos que foi favorável a Apuleio, pois não há nenhum relato dele, nem de outros autores, sobre uma possível punição ao filósofo. O único fato constatado é que, posteriormente ao processo, Apuleio muda-se com sua esposa para Cartago e lá pronuncia discursos perante importantes homens políticos da região, como os governadores Severiano (*Flórida*, IX, 39) e Cipião Orfito. (*Flórida*, XVII, 1), fatos que nos levam a acreditar que ele não foi considerado culpado das práticas mágicas.

<sup>4</sup> Esta tradução para o português, assim como as demais traduções dos textos de Apuleio deste artigo, são de nossa autoria.

<sup>5</sup> Localizado por Julien Guey (1954, p. 116).

se tal cidadão realmente for parente do filósofo Apuleio, temos mais uma demonstração da influência política da família do autor na região da África.

Como todo jovem das ordens da aristocracia romana, durante sua formação, dedicou-se aos estudos, falando fluentemente as duas línguas principais do Império: grego e latim. Ainda em sua cidade natal, estudou as matérias do ensino elementar dos jovens romanos: aritmética, leitura e escrita. Reportando-se para Cartago, dedicou-se aos estudos de gramática e retórica (APULEIO, *Flórida*, XVIII, 15), elementos fundamentais para seu futuro como homem público. Na Grécia, mais especificamente em Atenas, Apuleio, complementou sua formação político-cultural (MUNGUÍA, 1981, p. 10).

Conforme indicações de Apuleio (*Flórida*, XX, 5), ele foi filósofo, orador, romancista, advogado, pesquisador e dedicou-se a diversos gêneros artísticos. Destacamos que a polivalência era uma virtude fundamental na vida de um aristocrata público (HUSKINSON, 2000, p. 103), e Apuleio exaltou esta característica em seus textos.

Segundo Apuleio (*Apologia*, XXIII, 2), ele empreendeu várias viagens e configurou-se como um sofista, uma espécie de filósofo e orador que não tinha moradia fixa e viajava pelas cidades do Império pronunciando conferências.

No caminho de uma de suas viagens, Apuleio passa pela cidade de Oea (atual Trípoli, na Líbia) para pronunciar suas habituais conferências. Nesta cidade, reencontra Ponciano, um antigo amigo dos tempos em que estudou em Atenas. Ponciano apresenta Apuleio a sua mãe, a viúva Emilia Pudentila, com quem o filósofo se casa pouco tempo depois com o consentimento do próprio amigo.

Há tempos a viúva negava-se a contrair novo matrimônio, já tendo, inclusive, estabelecido um contrato de futuro casamento com o irmão de seu falecido marido Sicínio Amico, portanto seu cunhado, Sicínio Claro.<sup>6</sup> Mas, segundo as indicações de Apuleio, esta promessa foi rompida antes mesmo de ele chegar em Oea (APULEIO, *Apologia*, LXVIII, 5; LXIX).

---

<sup>6</sup> Destacamos que casos de promessa de casamento entre o irmão de um homem e sua viúva não eram excepcionais entre a aristocracia da antiga Roma. Bradley (1991, p. 93) expõe o caso, citado por Plutarco, de dois irmãos da aristocrática família *Crassi*, que por volta de 70 d.C., após o falecimento de um dos irmãos, o outro se casa com sua viúva e tem filhos com ela.

Apesar de Apuleio ter sido muito bem recebido em Oea, pouco tempo depois de seu casamento com Pudentila, a família de seu marido falecido, formada por membros da aristocracia local desta cidade (GUEY, 1954), acusa Apuleio de ter praticado magia amorosa para casar-se com a rica viúva.

Quem moveu a ação contra Apuleio (*Apologia*, I, II, LXXVIII) foi Emiliano, irmão do marido falecido de Pudentila.

Segundo Guey (1954), três das trinta e uma inscrições epigráficas atualmente encontradas pela arqueologia na antiga cidade de Oea, realmente, concernem a membros da família dos pais de Pudentila, os *Aemilius*, que pertenciam à alta nobreza da cidade da qual recrutavam os membros da nobreza do Império.

Um importante membro dos *Aemilius* foi, segundo Guey (1954, p. 118), *Lucius Aemilius*, senador, cônsul e procônsul da Ásia. Esse personagem era um parente de Pudentila nascido um pouco mais tarde da época em que viveu Apuleio. Ele foi localizado por Guey (1954, p. 118) através de inscrições em um templo elevado pelo mesmo em honra ao Imperador Cômodo (180-192 d.C.).

Também a família *Sicinii* - família do marido falecido de Pudentila e acusadores de Apuleio - foi localizada nessas inscrições. Segundo tais inscrições, esta produziu de seu meio um senador - *Sicinius Clarus Pontianus* - mais tarde, em 202 d.C. pretor de Roma.<sup>7</sup>

Por meio das citações da *Apologia* (LXVIII, 2), percebemos que o nome deste senador e pretor, Sicínio Claro, é o mesmo nome do irmão do falecido marido de Pudentila, ao qual ela esteve prometida em novo casamento. Portanto, as pessoas envolvidas na acusação contra Apuleio eram, realmente, membros das ordens superiores desta cidade e Sicínio Claro chegou a ocupar o cargo mais importante de toda província da África Proconsular, o de pretor.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> O estudioso destas inscrições, Jean Guey, não nos fornece se Sicínio Claro era um senador de Roma ou da própria cúria de Oea. Segundo Jean Gagé (1971, p. 170), esses decuriões locais podiam ser recrutados para o senado de Roma, sendo possível, portanto, que Sicínio Claro fosse um senador a nível imperial.

<sup>8</sup> Em Roma, o título de pretor era usado para designar magistrados incumbidos de administrarem a justiça entre os cidadãos romanos (*praetor urbanus*) e estrangeiros (*praetor peregrinus*). Mais tarde foram nomeados também pretores para a administração das províncias, também chamados de procônsules. Eram estas autoridades que estavam incumbidas de presidir os tribunais de justiça. A datação do proconsulado de Sicínio Claro em 202 d.C. torna-se um pouco confusa, já que Apuleio o chama de velho durante seu pronunciamento (APULEIO, *Apologia*, LXX, 3), que tudo indica ter ocorrido por volta de 157/158 d.C. Porém, não temos

Conforme a onomástica romana, primeiramente vinha o nome individual da pessoa (prenome), depois o nome gentílico (nome da *gens*) e por fim o nome particular (da família). As mulheres, porém, não recebiam nome individual, apenas o nome da *gens* e da família que pertenciam (ADRADOS, 1986, p. 206-207). Assim, *Aemilia Pudentila*, ou Emilia Pudentila, faz primeiramente uma referência ao nome da gens Emilia e depois à família Pudente, sendo Tannonio Pudente, o advogado de acusação, da mesma família da esposa de Apuleio.<sup>9</sup>

Em sua defesa Apuleio admite que Tannonio Pudente também levantava julgamentos contrários a ele.<sup>10</sup> Percebemos com essa informação que não é apenas a família do esposo falecido de Pudentila que está envolvida no processo, mas outros membros da aristocracia local.

O assessor do acusador de Apuleio, irmão do falecido marido da viúva, chama-se Emiliano, o que nos sugere que estas famílias faziam parte da mesma *gen* (Emiliano Sicinio e Emilia Pudentila). Isto é uma hipótese bem provável ao se tratar de uma cidade pequena como Oea. Mas Apuleio e as epígrafias estudadas por Guey não nos trazem nenhuma informação a esse respeito.

Portanto, o processo foi movido por membros da família de sua esposa e do marido falecido dela, membros da aristocracia da cidade de Oea.

Ainda sobre estes personagens que fazem parte da acusação podemos perceber, através de nosso estudo, aspectos da cultura da aristocracia da África Pronconsular, tema que desenvolvemos em seguida.

### **3. Apuleio e o contexto geográfico-cultural da África-romana**

A cultura greco-romana prevaleceu durante o Império Romano também nas províncias, porém, havia grandes diferenças entre as regiões do Oriente e do Ocidente ou

---

mais informações para contrapor tais datas. O Sicinio Claro mencionado na inscrição pode ser outro, possivelmente filho do cunhado de Pudentila, mas isso não modificaria muito nossa idéia sobre a riqueza e ocupação decargos públicos importantes pela família dos *Sicinii*.

<sup>9</sup> Talvez Pudente seja até mesmo irmão de Pudentila. Para nós, Apuleio omite o grau de parentesco entre Pudentila e Tannonio Pudente de seu discurso para não denotar a idéia de uma disputa de alianças políticas.

<sup>10</sup> Apuleio faz algumas referências a este personagem em: *Apologia* IV, 2; XLVI, 1.

até mesmo dentro das próprias comunidades. A dinâmica da sociedade imperial redundou em uma mistura de aspectos gregos, romanos e autóctones que podem ou não ter preservado suas tradições (HUSKINSON, 2000, p. 107).

Consideramos que houve a criação de uma identidade entre a aristocracia Imperial e a aristocracia das províncias romanas. Segundo Janeth Huskinson (2000, p. 107-111), desde o início do Principado, as elites locais auxiliavam a própria política imperial através da difusão de elementos da cultura romana - tais como exército, instituições civis, edifícios, cerimônias, estátuas, sistema econômico, planejamento urbano, arquitetura, etc. (MENDES, 2001, p. 27). Diferentes regiões tinham suas próprias trajetórias culturais, mas a elite das províncias buscava se aproximar da simbologia e dos costumes da elite imperial.

Nessa perspectiva, as cidades africanas, governadas pela aristocracia, tendiam a se assemelhar cada vez mais às italianas, havendo assembleias populares, um senado municipal e magistrados nomeados por um ano e sujeitos a um colegiado: *duoviri, quattuoviri, aediles, quaestores* (MOKTAR, 1983, p. 487).

[...] Nada é mais falso do que a perspectiva que mostra uma elite africana totalmente desleal ao Império e a seus ideais, não se pensava na época em separar-se de Roma. Os romanos aceitaram perfeitamente o sistema de dupla cidadania. Todas as províncias enviavam soldados, funcionários e até senadores para Roma [...]. A África parece ter sido a província mais romanizada de todas. Havia dois estatutos para estas cidades: as que tinham instituições próprias e as que se submetiam ao direito romano público, as de assimilação maior eram elevadas ao grau de colônias, copiando exatamente a constituição de Roma (PICARD, 1954, p. 167-168).

Segundo Charles Picard (1954, p. 165-167), a camada dirigente das províncias da África-Romana, formada em maior parte por colonos itálicos e autóctones romanizados, estava habituada aos costumes helenísticos, possuindo uma Paidéia helenística acomodada à latina.

Por meio da análise da formação de Apuleio, percebemos que ele representava a ordem social a que se refere Picard, constituindo a base de sua formação como filósofo na mais importante cidade grega do momento, Atenas, onde, segundo Huskinson (2000, p. 99), grande parte dos jovens da aristocracia imperial buscava aprimorar seus

conhecimentos. Apuleio também cita suas viagens pelo Oriente e sua atração por ritos variados.<sup>11</sup>

Consoante Boissier (1909, p. 272) muitos homens de formação filosófica, pertencentes à aristocracia africana, não permaneciam restritos às cidades africanas. Alguns deles viajavam por todo Império e foram considerados importantes personagens em Roma. Destes homens, podemos citar o Imperador Septímio Severo que governou o Império entre 193 e 211 d.C.

Apuleio comenta que tinha habilidade nas duas línguas mais importantes do Império: latim e grego (*Apologia*, XXXVI, 5; *Flórida*, IX, 29).<sup>12</sup> Segundo Hiljmans (1987, p. 399), esta habilidade era comumente compartilhada pelos contemporâneos eruditos de Apuleio e os aristocratas romanos de todo o Império no século II eram adoradores da língua grega (CARCOPINO, 1990, p. 137). O púnico foi a língua conhecida durante todo Império Romano na África Proconsular, sendo o grego e o latim línguas conhecidas de algumas pessoas da aristocracia local (MUNGUÍA, 1980, p. 216).

Percebemos que Apuleio usa a língua como forma de se defender contra seus oponentes, criticando o idioma local através do acento de seu acusador, o jovem Pudente, que somente se pronuncia na língua cartaginesa (APULEIO, *Apologia*, XCVIII, 8) e da incapacidade do advogado de acusação, Tannonio, em escrever bem em grego. Apuleio trata de *durus*<sup>13</sup> e *rusticus*<sup>14</sup> o acento de Tannonio, chamado de língua materna (*Apologia*, IX).

Desta maneira, a educação e os costumes de Apuleio poderiam se diferenciar, em certa medida, dos de seus acusadores, como podemos perceber nos trechos abaixo:

Tannonio queria dar a entender que tais nomes eram os das genitais de um e outro sexo, mas nosso reluzente advogado, por pobreza de léxico, não pode expressar-se com propriedade e, trás sérios e prolongados engasgos, designou,

---

<sup>11</sup> Antes de estudar em Atenas, Apuleio estudou em Cartago. Atenas era a cidade para onde os ricos estudantes afluíam, dado que abarcava escolas tradicionais. Todavia, no século II d.C. já havia outras cidades significativas como Alexandria e Cartago, freqüentadas por muitos estudantes (HUSKISON, 2000, p. 116).

<sup>12</sup> O texto da *Apologia* é escrito em latim, mas as citações de Apuleio de trechos de obras de escritores gregos são feitos na língua grega. Como a citação de um verso da *Iliada* de Homero (*Apologia*, IV, 4).

<sup>13</sup> *Durus, a, um* - adjetivo que significa tosco, áspero, insensível (FARIA, 1956, p. 316).

<sup>14</sup> *Rusticus, a, um* - adjetivo que significava rústico, grosseiro, inculto, desajeito e simples (FARIA, 1956, p. 851).

por fim, ao peixe cujo nome corresponde ao órgão viril por meio de não sei como perífrase desmedida e grosseira. (APULEIO, *Apologia*, XXXIII, 6).

No entanto, eu podia censurá-lo com a maior justiça, porque fez pública profissão de advogado empregando uma linguagem grosseira para nomear o que pode se designar com palavras honestas e porque muitas vezes, ao se tratar de coisas que não oferecem dificuldade nenhuma de serem expressas, se expressou com torpeza ou caiu em absoluto mutismo (APULEIO, *Apologia*, XXXIV, 2).

Observemos, porém, que Tannonio era um advogado e membro da família de Pudentila, recebendo, ao que tudo indica, uma educação aristocrática. Mesmo assim Apuleio ironiza a rusticidade africana de Tannonio frente a sua formação nos moldes greco-romanos.

O filósofo cita que o acusador Emiliano não possuía cuidados higiênicos (*Apologia*, VIII, 1, 2), alude a grosseria do adversário, comparando-o a um bárbaro (*Apologia*, X, 6), coloca que ele não conhece ao menos um livro, dedicando-se sempre à vida no campo (*Apologia*, XVI, 7), e que sempre se preocupou com a vida alheia em detrimento de sua própria formação educacional (*Apologia*, XVI, 11), não sabendo como encarar um filósofo (*Apologia*, XVII, 6). Por fim, Apuleio compara Emiliano à uma árvore (*Apologia*, XXIII, 5).<sup>15</sup>

Apuleio ainda trata Sicinio Claro, o irmão de Emiliano com quem Pudentila deveria se casar, de campesino grosseiro e velho decrépito (APULEIO, *Apologia*, LXX, 3).

A intenção de Apuleio era contrapor-se a seus acusadores como um homem que estudou e viajou muito, enquanto eles permaneciam no interior do Império. Porém, segundo inscrições parietais da região em questão, Sicinio Claro era um senador e pretor, um homem que deve ter recebido uma educação especial para ocupar tal cargo importante, mas, ainda assim, Apuleio ressalta a grosseria deste adversário, expressando sua rusticidade.

Neste caso, se Apuleio nasceu em uma colônia africana, como retratado nas fontes utilizadas, sua educação como aristocrata é romana e ele se utiliza disso. Entretanto,

---

<sup>15</sup> A pátria de Emiliano pode ter sido Zarath, pequena população de moradores de costumes diferentes dos romanos e considerados ignorantes por esses (MUNGUÍA, 1980, p. 97). Apuleio não deixa de fazer esta observação, aludindo a pátria do adversário (*Apologia*, XXIV, 10).



devemos atentar para o fato de que, mesmo como um cidadão romano com educação tipicamente aos moldes romanos, na frente de uma corte de lei com um procônsul romano, Apuleio não se identifica sempre como tal.

Segundo as informações de Apuleio, sua pátria, possivelmente a cidade de Madaura, estava entre a Getúlia, região formada por tribos consideradas bárbaras pelos romanos (*Apologia*, XXIV). Assim, Apuleio se interroga por qual motivo seus acusadores não criticam que ele seja simultaneamente de nascimento bárbaro e eloqüente como um grego, se justificando, logo em seguida, que o local de origem não serve como marca verdadeira de seu valor moral, estando esse na educação de um homem.<sup>16</sup>

Não vejo porque razão devo avergonhar-me mais disso que Ciro, o antigo, por ter nascido de raça mestiça, semimedo e semipersa, pois, não se deve ter em consideração onde nasceu uma pessoa, e sim que formação moral ela tem (APULEIO, *Apologia*, XXIV, 2-3).

Apuleio intenta opor-se a seus acusadores no que se refere à sua educação, mas compreende, talvez para uma melhor aceitação do público, que não é interessante desqualificar seu local de origem, que também é o de seus acusadores e dos ouvintes e leitores do discurso *Apologia*, esclarecendo que nasceu entre eles, em território africano. Porém, devemos nos atentar que a maioria de homens aristocratas da África, que possivelmente seriam os ouvintes e leitores de Apuleio, também recebeu uma educação romana, segundo a tradição das altas ordens do Império. Nesse sentido, Apuleio faz questão de se igualar à educação e ao nascimento de seu público.

Destarte, Apuleio nasceu na África Romana e é filho de pais romanos. Como membro de uma aristocracia africana que possuía elementos culturais aos moldes gregos e romanos, logo, sua formação seguiu modelos romanos.

O último tema desse artigo, que buscaremos desenvolver agora, é sobre a riqueza dos personagens da *Apologia*.

#### **4. A riqueza da aristocracia romano-africana na *Apologia***

---

<sup>16</sup> De acordo com Munguía (1980, p. 95), o emprego do orgulho moral, mais do que do racial, é tomado da tradição estóica, que dá menor importância ao local de nascimento do que ao caráter de um homem.

A classificação das camadas sociais no Império Romano tinha como base a propriedade. O princípio da hereditariedade era aplicado para determinar de qual camada pertencia uma pessoa, assim, a não ser em casos em que o Imperador Romano conferia o grau de senador ou cavaleiro como favor especial, o título era adquirido unicamente como direito hereditário (MOKTAR, 1983, p. 500). Desta maneira, como seu pai, Apuleio pertenceu a camada dos decuriões.

Os decuriões tinham a função de controlar as finanças da cidade, decidir sobre as novas despesas e administrar a propriedade municipal. Todos deveriam ter uma fortuna superior a uma espécie de censo, que era modesto nas pequenas cidades e alto nas grandes, principalmente em Cartago (MOKTAR, 1983, p. 487-488).<sup>17</sup>

O exercício de cargos públicos supunha a posse de amplos recursos e tempo disponível: os magistrados não recebiam salários e, ao assumir uma função administrativa deviam pagar ao tesouro municipal uma quantia variável conforme o cargo desempenhado. Além disso, era bastante comum que os decuriões financiassem a construção de templos públicos, doassem víveres e dinheiro para os pobres e para os espetáculos como jogos e banquetes. Lembremos que os dados sobre as fortunas públicas e privadas na região da África do Norte sob dominação romana são pouco precisos atualmente. As inscrições trazem escassas informações, sendo o discurso *Apologia*, o material que melhor fornece informações interessantes.

Sobre a riqueza de Apuleio, sabemos que com a morte do pai, ele e o irmão receberam uma herança de dois milhões de sestércios. Apuleio gastou sua parte com viagens, estudos e causas que considerava essenciais a um bom cidadão. Tais causas públicas que os cidadãos romanos considerados bons se dedicavam se chamavam liberalidades. Em passagens da *Apologia*, Apuleio mostra os gastos com as liberalidades que a aristocracia urbana tinha que ter para se manter enquanto tal. Como membro da cúria de sua cidade natal e sacerdote de Cartago, Apuleio também tinha tais gastos onerosos.

---

<sup>17</sup> Em Cartago o mínimo exigido de fortuna dos decuriões era de cerca de cem mil sestércios (ALFÖLDY, 1989, p. 143).

Apuleio não sugere em nenhum momento de seus textos de onde provinha a renda de seu sustento, indica apenas que herdou um milhão de sestércios, já que o outro um milhão indicado era a parte da herança de seu irmão.

Segundo Bougarel-Musso (1934, p. 374), as heranças de africanos geralmente eram terras para o cultivo. Se a herança de Apuleio também veio em forma de terras, durante os anos que ele passou fora da África estudando mesmo que não tenha cultivado pessoalmente suas terras pode ter mantido sua fortuna de rendas da terra.

De acordo com Moktar (1983, p. 501), as rendas dos decuriões provinham, em geral, de suas propriedades rurais e eles viviam na cidade com as rendas de suas terras.

Os ricos africanos que aparecem na obra *Apologia* provinham sua riqueza do campo. Apuleio cita que Pudentila, sua esposa, fez uma grande doação a seus filhos de terras, produtos agrícolas, rebanhos e escravos (APULEIO, *Apologia* XCIII, 4-5), além de citar os seus adversários, em várias partes do discurso, como homens do campo.

Conforme Munguía (1980, p. 208), mesmo que estas ricas personagens da *Apologia* vivessem de suas rendas no campo, era nas cidades que eles viviam, era lá que colocavam em prática sua influência ou sua capacidade de se envolver em intrigas, defendendo seus interesses de agricultores e integrando-se na vida política local.

Apuleio informa (*Apologia*, CI, 5) que Pudentila tinha uma fortuna de cerca de quatro milhões de sestércios e que ele mesmo cuidou de administrar a compra de uma fazenda para ela. A propriedade, que segundo ele era de tamanho modesto, custou cerca de sessenta mil sestércios.

Como uma típica mulher da aristocracia romana, Pudentila faz doações para a comunidade de Oea quando seu filho Ponciano casa e quando seu filho Pudente recebe a toga viril, chegando a gastar nestas ocasiões, que parecem ter sido na mesma época, cerca de cinquenta mil sestércios (APULEIO, *Apologia*, LXXXVIII, 10).

Uma indicação de que Pudentila era uma mulher rica, além dos valores expostos por Apuleio que podem ter sido diminuídos ou aumentados conforme seus propósitos, está na própria formação de seus filhos, típica dos filhos da aristocracia: Ponciano, o filho mais velho, estudara filosofia em Atenas (*Apologia*, LXXII,4) e Pudente, o filho mais jovem, começara o estudo jurídico (*Apologia*, XXVIII, 9).

É interessante notar que Apuleio cita a riqueza de Rufino, ex-sogro de Ponciano e, segundo ele, um dos envolvidos na acusação. Rufino também é um homem muito rico, recebeu de herança de seu pai cerca de três milhões de sestércios (BOUGAREL-MUSSO, 1934, p. 407). O dote que Rufino providenciou para sua filha casar-se com Ponciano era relativo a quatrocentos mil sestércios, que Apuleio cita como um valor muito alto, maior do que o de Pudentila, que era uma mulher rica, e que só foi possível através de um empréstimo que Rufino fez (APULEIO, *Apologia*, XCII, 3).

Rufino também possuía uma fazenda e era um homem de posses. O dote da filha de Rufino já demonstra sua riqueza e por mais que fosse fruto de um empréstimo, esse foi possível somente pela credibilidade de Rufino, sendo, como já exposto, comum que homens ricos fornecessem dotes e demais liberalidades para outros homens de posses em casos de necessidades.

A riqueza de Emiliano, o irmão do falecido marido de Pudentila e um dos acusadores de Apuleio, também pode ser observada através de uma passagem da *Apologia* (LIX, 7), na qual Apuleio cita a compra de um falso testemunho por Emiliano pela quantia de três mil sestércios. Se realmente esta quantia for possível de ser despendida por Emiliano na compra de um testemunho, ele era um homem de elevada fortuna.

Podemos perceber a opulência de Apuleio ao sabermos que um procônsul africano, cargo mais alto da província, ganha um total de um milhão de sestércios por ano. Se Apuleio possui em média de um milhão de sestércios, um pouco diminuído com as viagens e liberalidades, mas também aumentado se ele investiu em terras ou ganhou por seus discursos, temos a idéia de que Apuleio era sim um homem de posses. Porém, possuía uma riqueza mediana se comparada a de Pudentila que era quatro vezes maior.

Segundo Bourgarel-Musso (1934, p. 408) estas fortunas rendiam no máximo uma taxa de um por cento ao mês. Assim, mesmo as fortunas mais altas não parecem ter grandes rendimentos. Além disso, havia as liberalidades que desequilibravam consideravelmente as fortunas dos decuriões e Apuleio não esteve isento das mesmas.

Devemos considerar ainda o dote de Pudentila, de valor muito alto, relativo a trezentos mil sestércios, como é mencionado por Apuleio (*Apologia*, XCII, 1). Esse enriqueceu mais o filósofo, que talvez tenha investido esse dote na compra de terras, lhe

proporcionando meios de rendimentos que lhe garantiram melhores formas de chegar ao cargo de sacerdote em Cartago alguns anos após o casamento com esta rica viúva.

Notamos, portanto, o alto valor do dote de Pudentila ao sabermos que o dote de Túlia, uma rica aristocrata da época republicana, foi de quatrocentos mil sestércios, soma correspondente ao censo mais elevado da época - o censo eqüestre - no século I a.C. E que o orador Cícero teve de pagar o valor do dote de sua filha Terência, relativo a cento e oitenta mil sestércios, dividindo-o em três prestações anuais (THOMAS, 1990, p. 146). Apesar desses valores referirem-se ao período republicano, não acreditamos que tenham mudado de forma drástica até o II século. Sendo assim, o dote de Pudentila era realmente alto e ela se caracterizava como uma mulher muito rica. Outro valor que podemos usar para basearmos a dimensão do dote de Pudentila é a indicação de Lucien Jerphagnon (1981, p. 170), esse autor mostra que na época dos Imperadores Antoninos um funcionário da ordem eqüestre recebia cerca de dez mil sestércios por ano. Desta maneira, se comparado à renda anual de um funcionário eqüestre, uma das altas ordens do Império, o dote de Pudentila era realmente muito alto.

Além de um decurião, que provavelmente possuía terras, Apuleio era um filósofo e deveria receber pagamentos por suas conferências. Assim nos informa Jean Gagé (1971, p. 230-236) ao colocar que estes homens recebiam por seus discursos e eram isentos de pagamentos tributários pelos próprios Imperadores, isentando-se também de algumas despesas locais.

De acordo com Elizabeth Rawson (1985, p. 80), era possível que os filósofos romanos vivessem de suas heranças e ainda recebessem salários por serviços prestados para certos patronos, mas era comum que estes homens fossem desinteressados em dinheiro propriamente e muito mais interessados em privilégios e honras, embora eles nunca ensinassem ou se pronunciassem gratuitamente.

Desta maneira, compreendemos que a fortuna de Apuleio e de sua esposa Pudentila eram altas, assim como a da maioria dos homens públicos do norte da África que despendiam altos valores com as necessárias liberalidades.

### **Considerações Finais**

Consideramos, através da análise da formação político-cultural, dos cargos ocupados pelos envolvidos no processo contra Apuleio e o valor que os mesmos tinham nesta sociedade, além das quantias em dinheiro e das terras citadas como parte de suas posses, que o próprio Apuleio, Pudentila e seus filhos, Emiliano, Rufino e o advogado Tannonio eram membros da aristocracia e financeiramente bem sucedidos, por mais que o texto da *Apologia* tenha intenção retórica de demonstrar o valor da pobreza e as quantias ali fixadas serem passíveis de modificações.

### Referências Bibliográficas

#### Fontes documentais

APULÉE. *Apologie*. Tradução, introdução e notas de Henri Clouard. Paris: Librairie Garnier Frères. 1933.

\_\_\_\_\_. *Apologie*. Texto estabelecido e traduzido por Paul Valette. Paris: Les Belles Lettres, 1960.

APULEYO. *Apologia*. Tradução, introdução e notas de Santiago Segura Munguía. Madrid: Editorial Gredos, 1980.

APULEYO. *Flórida*. Tradução, introdução e notas de Santiago Segura Munguía. Madrid: Editorial Gredos, 1980.

#### Fontes Bibliográficas

ALFÖLDY, Géza. *A História Social de Roma*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

ADRADOS, Jesús Victor RODRIGUEZ. Sistema onomástico de la mujer en el mundo romano. In: *Actas de las Quintas Jornadas de Investigación Interdisciplinaria – Seminário de Estudos de la Mujer*. Madrid: Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid, 1986, p. 205-215.

BEAUJEU, Jean. *La Religion Romaine a L'Apogée de L'Empire*. La politique religieuse des Antonins. (96-192). Paris: Les Belles Lettres, 1955.

BOISSIER, Gaston. *L'Afrique Romaine*. Paris: Hachette, 1909.

BOURGAREL-MUSSO, Andrée. Recherches économiques sur l'Afrique Romaine. *Revue Africaine*, LXXV, 1934, p. 354-414.

BRADLEY, K. R. Remarriage and the Structure of the Upper-Class Roman Family. In:

- RAWSON, Beryl. (edit.) *Marriage, Divorce and Children in Ancient Rome*. New York: Oxford University Press, 1991, p. 79-97.
- CARCOPINO, Jérôme. *Roma no apogeu do Império*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- CROOK, John. Family and Succession. In: \_\_\_\_\_. *Law and Life of Rome*. New York : Cornell University Press, 1967, p. 98-112.
- FARIA, Ernesto. *Dicionário Escolar Latino-Português*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Departamento Nacional de Educação, 1956.
- GAGÉ, Jean. *Les classes sociales dans l' Empire romain*. Paris: Payot, 1964.
- PICARD, Gilbert Charles. *Les religions de l'Afrique Antique*. Paris: Librairie Plon, 1954.
- RAWSON, Elizabeth. *Intellectual Life in the Late Roman Republic*. London: Duckworth, 1985.
- THOMAS, Yan. A divisão dos sexos no direito romano. In: Duby, Georges. PERROT, Michelle. (orgs.) *História das Mulheres no Ocidente – A Antigüidade*, vol. 01. Tradução de Alberto Couto (et al.) Porto: Afrontamento, 1990, p. 127-199.
- GUEY, Julien. Au théâtre de Leptis Magna: Le Procursulat de Lollinianus Avitus et le date de l'Apologie d'Apulée, *Revue des Études Latines*, 29, 1951, p. 307-317.
- \_\_\_\_\_. L'Apologie d'Apulée et les inscriptions de Tripolitaine, *Revue des Études Latines*, 32, 1954, p. 115-119.
- HARVEY, P. *Dicionário Oxford de Literatura Clássica*. Grega e latina. Tradução de Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- HILJMANS, Jr. GRONINGEN, B.L. Apuleius, Philosophus Platonicus. *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt*, II, 36.1, 1987, p. 395-475.
- HUSKINSON, Janet. Élite Culture and the Identity of Empire. In: \_\_\_\_\_. *Culture, Identity and Power in the Roman Empire*. New York: Routledge, 2000, p. 95-123.
- MENDES, Norma Musco. Romanização e as questões de Identidade e Alteridade. *Boletim do CPA*, Campinas, n.11, jan./jun. 2001, p. 25-42.
- MOKHTAR, G. (coord.) *História geral da África v.2: A África antiga*. Tradução de Carlos Henrique Davidoff. São Paulo: Ática/UNESCO, 1983.
- MUNGUIA, Santiago Segura. Introducción General. In: APULEYO. *Apologia*. Madrid: Editorial Gredos, 1980.
- PLACES, Édouard des. Études récentes (1953-1973) sur le platonisme moyen du IIe. siècle après J.C. *Bulletin de l'Association Guillaume Budé*, n. 03, 1974, p. 347-358.